

LEI MUNICIPAL Nº 1.594/2005



**Reestrutura o Regime Próprio de
Previdência Social dos Servidores
Efetivos do Município de Ilópolis e dá
outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ILÓPOLIS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO ÚNICO
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO
MUNICÍPIO DE ILÓPOLIS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Efetivos do Município de Ilópolis - RS - RPPS de que trata o art. 40 da Constituição Federal.

§ 1º Para operar os planos de custeio e benefícios do RPPS, observados os critérios estabelecidos nesta Lei, fica criado, vinculado à Secretaria de Administração, de acordo com o art. 71 da Lei nº 4.320, de 17-03-64, o Fundo de Previdência Social do Município - FPSM.

§ 2º Caberá à Secretaria mencionada no parágrafo anterior a gestão do FPSM, sendo de competência do Chefe de cada Poder a emissão dos atos necessários à concessão dos benefícios cobertos pelo RPPS.

~~Art. 2º O RPPS visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que, nos termos desta Lei, atendam às seguintes finalidades:~~

- ~~I - cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;~~
- ~~II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;~~
- ~~III - salário-família e auxílio reclusão, para os dependentes dos beneficiários de baixa renda e~~
- ~~IV - pensão por morte;~~

Art. 2º O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários, e compreende

um conjunto de benefícios que, nos termos desta Lei, atendam às seguintes finalidades: (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

I - cobertura de eventos de invalidez e idade avançada; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

II - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 3º São filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes.

Seção I Dos Segurados

Art. 4º São segurados do RPPS:

I - o servidor público ativo do Município, titular de cargo efetivo nos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações, bem como aquele que estiver em disponibilidade remunerada;

II - os servidores inativos, aposentados nos cargos citados no inciso anterior, seus pensionistas, e os pensionistas dos servidores ativos e em disponibilidade remunerada.

§ 1º Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, o contratado por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, e o ocupante de emprego público.

§ 2º Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

Art. 5º A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - morte;

II - exoneração ou demissão;

III - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, salvo quando retornar à atividade como titular de cargo de provimento efetivo;

IV - falta de recolhimento das contribuições previdenciárias nas hipóteses previstas no art.

6.º, I, II, III e IV, após decorrido o prazo referido no § 5.º do mesmo artigo e

V - nas hipóteses do art. 6.º, V, após decorrido o prazo referido no § 5.º do mesmo artigo.

Art. 6º Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver:

I - cedido, com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - afastado ou licenciado do cargo efetivo, independentemente da opção que fizer pela remuneração, para o exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do art. 38 da Constituição Federal;

III - em disponibilidade remunerada;

IV - afastado ou licenciado do cargo efetivo, com o recebimento de remuneração, nos termos do Regime Jurídico dos Servidores;

V - afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem o recebimento de remuneração, nos termos do Regime Jurídico dos Servidores, observados os prazos previstos no § 5.º

§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e II, a remuneração de contribuição corresponderá àquela relativa ao cargo efetivo de que o segurado é titular, e como se no seu exercício estivesse, devendo a concessão dos benefícios previdenciários seguir a mesma regra.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos III e IV, a remuneração de contribuição corresponderá àquela que estiver de fato percebendo o segurado, devendo a concessão dos benefícios previdenciários seguir a mesma regra.

§ 3º O recolhimento das contribuições nas hipóteses referidas nos incisos I e II é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o segurado estiver desempenhando suas atividades, salvo quando cedido sem ônus para o cessionário, ou, no caso de exercício de mandato eletivo, quando houver opção do servidor pela remuneração do cargo efetivo.

§ 4º Exclusivamente nas hipóteses dos incisos I, II, III e IV, desde que recolhidas ou repassadas ao RPPS as contribuições devidas, o período em que permanecer o servidor afastado ou licenciado será computado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 5º Nas hipóteses do inciso V, o servidor mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição, até doze meses após a sua cessação, sendo esse prazo prorrogado por mais doze meses caso o servidor tenha tempo de contribuição ao RPPS igual ou superior a cento e vinte meses.

§ 6º Nas hipóteses referidas no parágrafo anterior, a manutenção da filiação somente assegura direito ao benefício de pensão por morte, a ser concedido aos dependentes do segurado, ficando vedado o cômputo do tempo de afastamento para efeito de aposentadoria e

disponibilidade.

Art. 7º O servidor efetivo cedido da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outro Município, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Seção II Dos Dependentes

Art. 8º São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições.

§ 2º A existência de dependentes de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 3º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 4º O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado quando, além de atender aos requisitos do parágrafo anterior, houver a apresentação de termo de tutela.

§ 5º Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 6º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 7º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada.

Art. 9º A perda da qualidade de dependente, no RPPS, ocorre:

I - para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento;

c) pela morte e

d) por sentença judicial transitada em julgado.

II - para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau em curso de ensino superior e

IV - para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica ou

b) pela morte.

Seção III Das Inscrições

Art. 10 A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 11 Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação dessa condição por inspeção feita por médico oficial do Município.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

CAPÍTULO III DO CUSTEIO

Art. 12 São fontes de custeio do RPPS:

I - a contribuição previdenciária do Município;

II - a contribuição previdenciária dos segurados, inclusive dos inativos e pensionistas;

III - doações, subvenções e legados;

IV - receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;

V - valores recebidos a título de compensação financeira; e

VI - demais dotações previstas no orçamento municipal.

Art. 13 Constituem recursos do RPPS:

I - a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos ativos e em disponibilidade remunerada de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de ~~11%~~ **14%** (onze por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição; ([Alíquota alterada pela Lei nº 2855/2020](#))

II - a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, dos servidores públicos inativos e pensionistas de qualquer dos Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de ~~11%~~ **14%** (onze por cento) incidente sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, sendo que, em relação aos inativos portadores de doenças incapacitantes, assim definidas em lei, a contribuição incidirá sobre o valor da parcela dos proventos que superem o dobro desse limite. ([Alíquota alterada pela Lei nº 2855/2020](#))

~~III - a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 13,5% (treze vírgula cinco por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, inativos e pensionistas, nos termos dos incisos I e II;~~

III - a contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de 19,49% (dezenove vírgula quarenta e nove por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos do inciso I e II. ([Redação dada pela Lei nº 2539/2015](#))

§ 1º Os percentuais de contribuição previstos nos incisos I, II e III, e no § 7.º deste artigo, deverão ser reavaliados atuarialmente nos termos do art. 15 desta Lei e conforme a legislação federal pertinente, e, quando necessário, atendendo às indicações do cálculo atuarial, serão alterados por lei.

§ 2º Ocorrendo majoração de alíquotas, sua exigibilidade dar-se-á a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da publicação da lei referida no parágrafo anterior, sendo mantida, até essa data, a obrigatoriedade dos recolhimentos pelas alíquotas então vigentes.

§ 3º As contribuições e demais recursos de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime.

~~§ 4º O valor da taxa de administração, mencionada no parágrafo anterior, será de até 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior, e poderá ser utilizado para o custeio das avaliações atuariais e de outras despesas autorizadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS.~~

§ 4º O valor anual da taxa de administração será de 2% (dois por cento) sobre o somatório da base de cálculo da contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurada no exercício financeiro anterior, para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do Fundo, inclusive para a conservação de seu patrimônio. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

§ 5º Os recursos do FPSM serão depositados em conta distinta das contas do Tesouro Municipal.

§ 6º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a aplicação em títulos públicos, exceto os títulos públicos federais, bem como a utilização desses recursos para empréstimo de qualquer natureza.

~~§ 7º Adicionalmente à contribuição de que trata inc. III deste artigo, todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com alíquota na razão de 8% (oito por cento) incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos dos incisos I e II, a contar da publicação desta Lei.~~

~~§ 7º Adicionalmente à contribuição de que trata inc. III deste artigo, todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com alíquota incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, conforme tabela de escalonamento que segue:~~

Custeio Normal e Especial com escalonamento:				
Vigência	Normal		Especial	Total
	Servidor	Empregador	Empregador	
2011	11,00%	13,50%	9,00%	33,50%
2012	11,00%	13,50%	10,00%	34,50%
2013	11,00%	13,50%	11,00%	35,50%
2014	11,00%	13,50%	12,00%	36,50%
2015	11,00%	13,50%	13,00%	37,50%

2016-2045	11,00%	13,50%	14,00%	38,50%	(Redação dada pela Lei nº 2039/2010)
-----------	--------	--------	--------	--------	--------------------------------------

§ 7º Adicionalmente à contribuição de que trata inc. III deste artigo, todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro, contribuirão com alíquota incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos dos incisos I e II, conforme tabela de escalonamento abaixo.

Custeio Normal e Especial com escalonamento:					
Vigência	Normal		Especial	Total	
	Servidor	Empregador	Empregador		
2015	11,00%	13,50%	13,00%	37,50%	
2016	11,00%	19,49%	9,00%	39,49%	
2017	11,00%	19,49%	10,00%	40,49%	
2018	11,00%	19,49%	11,00%	41,49%	
2019	11,00%	19,49%	12,00%	42,49%	
2020	11,00%	19,49%	13,00%	43,49%	
2021	11,00%	19,49%	14,00%	44,49%	
2022	11,00%	19,49%	15,00%	45,49%	
2023	11,00%	19,49%	16,00%	46,49%	
2024	11,00%	19,49%	17,00%	47,49%	
2025-2045	11,00%	19,49%	18,00%	48,49%	(Redação dada pela Lei nº 2539/2015)

Custeio Normal e Especial com escalonamento				
Vigência	Normal		Especial	Total
	Servidor	Empregador	Empregador	
2025	14,00%	27,96%	23,07%	65,03%
2026	14,00%	27,96%	24,17%	66,13%

2027 a 2054	14,00%	27,96%	24,24%	66,20%
-------------	--------	--------	--------	--------

(Redação dada pela Lei nº 3117/2024)

Art. 14 Entende-se como remuneração de contribuição, para os efeitos desta Lei, o vencimento básico do cargo efetivo acrescido de todas as parcelas de caráter remuneratório e outras vantagens percebidas pelo servidor, conforme estabelecido em lei, excluídas:

- I - as diárias;
- II - os jetons;
- III - a ajuda de custo;
- IV - o auxílio para diferença de caixa;
- V - o auxílio para transporte;
- VI - o auxílio para alimentação;
- VII - o salário-família;
- VIII - o prêmio por assiduidade;
- IX - a gratificação por serviço extraordinário;
- X - as férias indenizadas;
- XI - o abono de permanência;
- XII - a gratificação de difícil acesso;
- XIII - os adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade.

§ 1º Integram a remuneração de contribuição o valor da gratificação natalina, o abono de férias, o salário-maternidade, o auxílio-doença e os valores pagos aos segurados, em razão do seu vínculo com o Município, decorrentes de decisão judicial ou administrativa, excluídas as parcelas referidas nos incisos I a XIII.

§ 2º A gratificação natalina será considerada, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for paga, e não integrará a média para efeito de cálculo dos benefícios.

§ 3º Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos, considerar-se-á,

para fins de incidência da contribuição e concessão de benefícios pelo RPPS, a integralidade da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 4º Salvo nos casos de possibilidade legal de incorporação, quando a contribuição é sempre obrigatória em relação à parcela passível de ser incorporada, o servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição da parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2.º do citado artigo.

Art. 15 O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente ou sempre que se fizer necessário, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º A avaliação da situação financeira e atuarial será realizada por profissional ou empresa de atuária regularmente inscritos no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Art. 16 As contribuições previdenciárias previstas no artigo 13, bem como aquelas devidas nas hipóteses dos incisos I e II do art. 6.º, deverão ser recolhidas até o dia cinco do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia cinco.

Parágrafo único. Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o caput deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 17 A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita a correção de acordo com o índice ou fator incidente sobre os tributos municipais, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

Art. 18 Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas ao RPPS.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO RPPS

~~**Art. 19** Fica instituído o Conselho Municipal de Previdência - CMP, órgão de deliberação colegiada, com a seguinte composição:~~

- ~~I - dois servidores representantes do Poder Executivo;~~
- ~~II - três servidores representantes dos servidores ativos;~~
- ~~III - um representante dos servidores inativos e pensionistas.~~

~~§ 1º Cada Membro, necessariamente segurado do RPPS e que não exerça, no Município, o mandato de vereador, terá um suplente, também segurado, e serão nomeados pelo Prefeito para um mandato de dois anos, admitida uma única recondução.~~

~~§ 2º Os representantes, inclusive os suplentes, do Executivo e do Legislativo, serão indicados pelos Chefes dos próprios Poderes, e os representantes dos servidores ativos, dos~~

inativos e pensionistas, por assembléia geral especialmente convocada para esse fim.

~~§ 3º Os Membros do GMP não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.~~

~~§ 4º Pela atividade exercida no GMP seus Membros não serão remunerados.~~

~~§ 5º A Presidência do GMP será exercida por um dos seus Membros, escolhido pelo conjunto dos Conselheiros, com mandato de um ano, permitida a recondução, uma vez, por igual período.~~

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Previdência - CMP, órgão de deliberação colegiada, composto pelos seguintes órgãos: (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

I - Conselho de Administração; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

II - Conselho Fiscal; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

III - Comitê de Investimentos (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

§ 1º Os representantes que integrarão os órgãos de que trata o caput deste artigo serão escolhidos através de eleição entre servidores efetivos do quadro, de reconhecida capacidade, para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos mediante nova eleição. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

§ 2º Os representantes que integrarão os órgãos de que trata o caput deste artigo deverão observar os seguintes requisitos mínimos: (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Federal Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos conforme Legislação Federal em vigor. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

§ 3º São requisitos para a nomeação e exercício da função de Presidente do Conselho de Administração os requisitos elencados no parágrafo anterior e: (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

I - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

II - ter formação superior; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

III - ter participado ativamente do Conselho de Administração ou Comitê de Investimentos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à eleição. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-A Os representantes que integrarão os órgãos de que trata o artigo anterior perderão o mandato, nas seguintes hipóteses: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - quem deixar de comparecer a duas sessões consecutivas ou, no ano, em três sessões alternadas, sem justificativa formal aceita pelo presidente do Conselho Municipal de Previdência. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - entende-se como fato justificador para ausência às reuniões e que não constituem motivação para a perda do mandato, as hipóteses previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ilópolis; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - por renúncia expressa; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - ao perder a condição de segurado do regime próprio de previdência social; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

V - por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração nas seguintes hipóteses: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

a) prática de ato lesivo aos interesses do regime próprio de previdência social; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

b) desídia no cumprimento do mandato; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

c) infração ao disposto neste Regimento; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

d) por motivos de impedimento; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VI - em virtude de sentença criminal condenatória ou de improbidade administrativa, transitadas em julgado. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 1º A decisão de que trata o inciso V do caput será precedida de processo administrativo de que conste denúncia escrita e se assegure ampla defesa ao denunciado. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 2º Em qualquer das hipóteses do caput, caso for um dos 2 (dois) indicados pelo Conselho de Administração, este fará nova indicação para recompor o conselho. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Seção I

Do Conselho de Administração (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-B Fica instituído o Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada e de orientação superior, ao qual incumbe fixar a política e diretrizes de investimentos a serem observadas. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-C O Conselho de Administração será composto por 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 02 (dois) designados pelo Chefe do Poder Executivo, 03 (três) designados por Assembleia pelos servidores ativos, inativos, pensionistas. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração, que terá seu voto de qualidade, e o vice-presidente, serão indicados pelo Conselho de Administração e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 2º O Presidente do Conselho de Administração presidirá o Conselho Municipal de Previdência. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 3º Ficando vaga a presidência ou vice-presidência do Conselho de Administração, caberá ao Conselho de Administração designar outros membros para exercerem as funções de Presidente e Vice-presidente, e preencher o cargo até a conclusão do mandato. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 4º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 5º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao Poder Executivo ou ao Conselho ao qual estava vinculado, indicar o novo membro suplente para cumprir o restante do mandato. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 6º O Conselho de Administração reunir-se-á, anualmente, em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros ou pelo Conselho Fiscal. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 7º O quórum mínimo para instalação do Conselho é de 3 (três) membros. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 8º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Subseção I

Da Competência do Conselho de Administração (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-D Compete, privativamente, ao Conselho de Administração: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - aprovar e alterar o regimento do próprio Conselho de Administração; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - estabelecer a estrutura técnico-administrativa do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, podendo, se necessário, contratar entidades independentes legalmente habilitadas; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - aprovar a política e diretrizes de investimentos dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

V - estabelecer normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VI - autorizar a aceitação de doações; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VII - determinar a realização de inspeções e auditorias; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VIII - acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IX - aprovar a contratação de auditores independentes; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

X - apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, podendo, se for necessário, contratar auditoria externa; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XI - estabelecer os valores mínimos em litígio, acima dos quais será exigida anuência prévia do Procurador Jurídico do Município; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XII - elaborar e aprovar seu Regimento interno; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XIII - autorizar o Presidente do Conselho de Administração a adquirir, alienar, hipotecar ou gravar com quaisquer ônus reais os bens imóveis do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, bem como prestar quaisquer outras garantias; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XIV - apreciar recursos interpostos dos atos do Presidente de Administração. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Subseção II

Das Atribuições do Presidente do Conselho de Administração (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-E São atribuições do Presidente do Conselho de Administração: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - dirigir e coordenar as atividades do Conselho; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - designar o seu substituto eventual; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - encaminhar os balancetes mensais, o balanço e as contas anuais do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, para deliberação do Conselho de Administração, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

V - avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VI - realizar até março do ano subsequente, em Assembleia Geral dos servidores ativos e inativos do município, juntamente com o Gestor Financeiro, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal a prestação de contas; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VII - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Seção II

Do Conselho Fiscal (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-F O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-G O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 01 (um) designado pelo Chefe do Poder Executivo e 02 (dois) designados por Assembleia pelos servidores ativos, inativos, pensionistas. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 1º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 2º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do mandato, cabendo ao Poder Executivo ou Conselho ao qual esta vinculado, indicar novo membro suplente para cumprir o restante do mandato. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, quando convocado por, no mínimo, 02 (dois) conselheiros. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 4º O quórum mínimo para instalação de reunião do Conselho Fiscal é de 02 (dois) membros. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 5º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, 02 (dois) votos favoráveis. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 6º Os procedimentos relativos à organização das reuniões e ao funcionamento do Conselho Fiscal encontram-se dispostos no respectivo regimento interno. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Subseção I

Da Competência do Conselho Fiscal (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-H Compete ao Conselho Fiscal: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - examinar os balancetes e balanços do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - examinar livros e documentos; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - examinar quaisquer operações ou atos de gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

V - emitir parecer sobre os negócios ou atividades do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VI - fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VIII - requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IX - lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

X - remeter ao Conselho de Administração parecer sobre as contas anuais do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, bem como dos balancetes; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XI - praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XII - sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Seção III

Do Comitê de Investimentos Dos Recursos Previdenciários (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-I Reestrutura-se o Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários, órgão auxiliar e participativo do processo decisório para a execução da política de investimentos. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-J O Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários será composto por 03 (três) membros de servidores municipais ativos, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, sendo composto por 01 (um) Gestor Administrativo e Financeiro e outros 02 (dois) membros designados por Assembleia pelos servidores ativos e inativos. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 1º Todos os membros do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários deverão ter sido aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Subseção I

Das Atribuições do Comitê de Investimentos Dos Recursos Previdenciários (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-K São atribuições do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - acompanhar, quando elaborada por terceiros, ou elaborar e avaliar a política anual de

investimentos, podendo sugerir adequações, para aprovação pelo Conselho Municipal de Previdência; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - avaliar as alterações da política de investimentos propostas pelo Gestor Administrativo e Financeiro ou pelo Conselho Municipal de Previdência e acompanhar mensalmente o enquadramento das aplicações de acordo com a política de investimentos; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - avaliar mensalmente as operações relativas aos investimentos, de ofício ou quando provocado pelo Gestor Administrativo e Financeiro, pelo Conselho Municipal de Previdência, pelos beneficiários ou pelo Prefeito Municipal. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - fiscalizar mensalmente as aplicações dos recursos, para verificação da adequação à política de investimentos definida para o Regime de Previdência e da adequação às normas e regulamentos vigentes; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

V - propor a adoção de medidas administrativas para aperfeiçoar a gestão dos recursos previdenciários; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VI - publicar relatório de investimentos com a composição da carteira do RPPS e suas rentabilidades junto ao Portal de Transparência sempre que solicitado. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Parágrafo único. As iniciativas do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários não têm caráter deliberativo, devendo ser apreciadas e decididas pelo Conselho Municipal de Previdência, observada a competência disposta nesta Lei. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-L As reuniões ordinárias do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários ocorrerão de acordo com a necessidade, sendo possível a convocação de reunião extraordinária por ato do Presidente do CMP, por decisão deste ou a pedido de um de seus membros. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Parágrafo único. As reuniões do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários serão registradas em ata, sendo submetidas ao Conselho Municipal de Previdência para fins de aprovação, as matérias de sua competência. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-M Poderá ser autorizado, para a melhoria da qualificação dos membros do Comitê de Investimentos dos Recursos Previdenciários, sempre observado o limite da taxa de administração, o custeio, com recursos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, de cursos de qualificação e as despesas relativas à certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, para fins de atendimento do previsto no art. 19, §2º, II desta Lei. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Seção IV

Do Gestor Administrativo e Financeiro (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-N Fica instituída a figura do Gestor Administrativo e Financeiro responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 1º O Gestor Administrativo e Financeiro fará parte do Comitê de Investimento, será indicado pelo Conselho de Administração e nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 2º A escolha do Gestor Administrativo e Financeiro recairá dentre os servidores que tenham sido aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 3º Em caso de empate, será escolhido o servidor efetivo que possuir maior tempo de certificação, associado a experiência em atividades desenvolvidas junto ao RPPS do município, podendo a escolha do servidor a ocupar o cargo de Gestor Administrativo e Financeiro ocorrer por voto secreto em reunião do Conselho Administrativo. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 4º São requisitos para a nomeação e exercício da função de Gestor Administrativo e Financeiro: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Federal Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos conforme Legislação Federal em vigor; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - possuir formação de nível superior. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 5º Apresentar declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da nomeação, bem como no final de cada exercício financeiro e no término da gestão ou nas hipóteses de exoneração ou afastamento definitivo. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 6º As atribuições do Gestor Administrativo e Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Ilópolis, a serem

executadas em consonância com as diretrizes e deliberações das demais instâncias que integram sua estrutura, e respeitadas as competências estabelecidas nesta Lei, compreende, dentre outras atividades correlatas, as seguintes: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - gestão dos recursos financeiros do RPPS, incluindo o acompanhamento semanal do mercado financeiro e mensal da carteira do RPPS; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - acompanhamento mensal do preenchimento e encaminhamento de relatórios, informações e demonstrativos exigidos pelo Ministério da Previdência Social; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - elaboração e apresentação da prestação de contas anual, a ser apreciada pelos Conselhos de Administração e Fiscal. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - Supervisionar os serviços contábeis do RPPS; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

V - Realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras do RPPS; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VI - Realizar estudos financeiros e contábeis; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VII - Proceder na análise contábil e estatística dos elementos integrantes dos balanços; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

VIII - Organizar a proposta orçamentária; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IX - Supervisionar a prestação de contas do Fundo, bem como de auxílios recebidos pelo mesmo; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

X - Examinar processos de prestação de contas; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XI - Verificar a existência de saldos nas dotações; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XII - Exercer a função de Gestor de Investimentos, Gestor Autorizador e Gestor de Recursos do RPPS; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

XIII - Executar as demais tarefas correlatas. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 7º As despesas e a movimentação das contas bancárias do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município decorrentes da gestão dos recursos financeiros, serão autorizadas em conjunto pelo Tesoureiro e pelo Prefeito Municipal, acompanhadas pelo Gestor Administrativo e Financeiro. (Redação acrescida pela Lei

nº 2986/2022)

Art. 19-O No caso de afastamento legal, o Gestor Administrativo e Financeiro poderá ser substituído pelo suplente, desde que este preencha os requisitos desta Lei para o desempenho da tarefa durante o impedimento do titular, o que será deliberado pelo Conselho Municipal de Previdência e formalizado através de ato do Chefe do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 19-P Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir uma gratificação mensal especial aos servidores do Poder Executivo Municipal que desempenham tarefas excepcionais para o RPPS Municipal e, que estejam devidamente certificados conforme Portaria do Ministério da Economia nº 9.907/2020 de 14 de abril de 2020, os quais serão designados através de Portaria conforme valores da tabela abaixo: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

	Quantidade de servidores	Valor	
Presidente do RPPS	01	Gratificação Especial de Função equivalente ao valor da FG-1	
Membros Titulares do Conselho de Administração	04	Gratificação Especial equivalente a 20% do valor correspondente ao FG-1	
Gestor Administrativo e Financeiro	01	Gratificação Especial de Função equivalente ao valor da FG-1	
Membros titulares do Comitê de Investimentos	02	Gratificação Especial equivalente a 20% do valor correspondente ao FG-1	
Membros do Conselho Fiscal	03	Gratificação Especial equivalente a 20% do valor correspondente ao FG-1	(Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 1º O valor da Gratificação Especial de Função ao Presidente do RPPS e ao Gestor Administrativo e Financeiro do RPPS será equivalente ao valor da FG-1, criada no Quadro de Cargos em Comissão e Funções de Confiança da Administração Centralizada e será corrigido no mesmo índice de aumento e de revisão geral da remuneração dos servidores, mediante regulamentação complementar. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 2º O valor da Gratificação Especial de Função aos demais membros titulares de que trata esta lei será equivalente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente ao FG-1, criada no Quadro de Cargos em Comissão e Funções de Confiança da Administração Centralizada e

será corrigido no mesmo índice de aumento e de revisão geral da remuneração dos servidores, mediante regulamentação complementar. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 3º Os membros integrantes de que trata o caput deste artigo somente farão jus à gratificação definida, após apresentação de documento que comprove sua aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 4º Não será devida a gratificação ao membro titular quando este estiver no gozo de licença de qualquer natureza, por período igual ou superior a trinta dias. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 5º Será devida a gratificação ao membro suplente quando este estiver substituindo o membro titular por período igual ou superior a trinta dias, sendo que a substituição deverá ser formalizada por ato oficial. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 6º A gratificação disciplinada nesta Lei não será incorporada, em nenhuma hipótese, ao vencimento do servidor ou aos proventos de aposentadoria e pensões, ficando automaticamente excluída da base de cálculo da contribuição previdenciária e de assistência à saúde. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Seção I Do Funcionamento do Cmp

Art. 20 O CMP reunir-se-á, ordinariamente, em sessões periódicas e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por, pelo menos, três de seus Membros, com antecedência mínima de cinco dias;

Parágrafo único. Das reuniões do CMP, serão lavradas atas em livro próprio.

Art. 21 As decisões do CMP serão tomadas por maioria, exigido o quorum mínimo de quatro Membros.

Parágrafo único. O voto do Presidente decidirá os casos de empate.

Art. 22 Incumbirá à Secretaria de Administração proporcionar ao CMP os meios necessários ao exercício de suas competências.

Seção II Da Competência do Cmp

Art. 23 Compete ao CMP:

-
- I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do RPPS;
 - II - apreciar e sugerir em relação a proposta orçamentária do RPPS;
 - III - sugerir em relação à estrutura administrativa, financeira e técnica do FPSM;
 - IV - acompanhar, avaliar e sugerir em relação à gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS;
 - V - examinar e emitir parecer sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;
 - VI - opinar sobre a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis e estudos atuariais ou financeiros;
 - VII - opinar sobre a alienação de bens imóveis e o gravame daqueles já integrantes do patrimônio do FPSM;
 - VIII - opinar sobre a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes;
 - IX - opinar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;
 - X - sugerir e adotar, quando de sua competência, as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do FPSM;
 - XI - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;
 - XII - apreciar a prestação de contas anual;
 - XIII - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;
 - XIV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência;
 - XV - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS;
 - XVI - manifestar-se em projetos de lei de acordos de composição de débitos previdenciários do Município para com o RPPS e
 - ~~XVII - na pessoa do Presidente, em conjunto com o Prefeito ou Secretário com delegação de poderes expressa, autorizar as despesas e a movimentação das contas do FPSM.~~

XVII - na pessoa do Presidente, em conjunto com o Tesoureiro autorizar as despesas e a movimentação das contas do FPSM. (Redação dada pela Lei nº 2212/2012)

CAPÍTULO V DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 24 ~~O RPPS compreende os seguintes benefícios:~~

~~I - Quanto ao segurado:~~

- ~~a) aposentadoria por invalidez;~~
- ~~b) aposentadoria compulsória;~~
- ~~c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;~~
- ~~d) aposentadoria por idade;~~
- ~~e) auxílio-doença;~~
- ~~f) salário-maternidade e~~
- ~~g) salário-família.~~

~~II - Quanto ao dependente:~~

- ~~a) pensão por morte e~~
- ~~b) auxílio-reclusão.~~

Art. 24. O RPPS compreende os seguintes benefícios: (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

I - Quanto ao segurado: (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

- a) aposentadoria por invalidez; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)
- b) aposentadoria compulsória; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)
- c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)
- d) aposentadoria por idade; (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

II - Quanto ao dependente: (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

- a) pensão por morte. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

Seção I Da Aposentadoria Por Invalidez

Art. 25 A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz de readaptação e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição, observado quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 53

§ 1º A aposentadoria por invalidez, quando for o caso, será precedida de auxílio-doença, que não poderá exceder o período de dois anos;

§ 2º A aposentadoria por invalidez terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave,

contagiosa ou incurável.

§ 3º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 4º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou colega de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de colega de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo segundo, tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget

(osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida-Aids; hepatopatia e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

§ 7º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade total e definitiva para o exercício de qualquer cargo ou função pública, apurada mediante exame realizado por junta médica oficial do Município, podendo a Administração, quando entender conveniente, determinar nova avaliação médica para verificar a manutenção da incapacidade.

§ 8º Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica oficial do Município, a aposentadoria por invalidez independerá de auxílio-doença e será devida a partir da publicação do ato de sua concessão.

§ 9º A aposentadoria por invalidez será devida a partir da data da incapacidade a que se refere o § 7.º, definida em laudo médico-pericial, aplicando-se, para a sua concessão, a legislação então vigente.

§ 10 O aposentado por invalidez que tiver cessada a incapacidade ou que voltar a exercer qualquer atividade remunerada, perderá o direito ao benefício, a partir da data da reversão.

§ 11 Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de aposentadoria por invalidez concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservá-los, em caráter permanente, o valor real.

Seção II Da Aposentadoria Compulsória

Art. 26 O segurado será automaticamente aposentado aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, observado quanto ao cálculo, o disposto no art. 53

§ 1º A aposentadoria será declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

§ 2º Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de aposentadoria compulsória concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservá-los, em caráter permanente, o valor real.

Seção III Da Aposentadoria Por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 27 O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição,

com proventos integrais, calculados na forma prevista no art. 53 desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria e

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de aposentadoria por idade e tempo de contribuição concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

Seção IV Da Aposentadoria Por Idade

Art. 28 O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 53 desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria e

III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

Parágrafo único. Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de aposentadoria por idade concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

Seção V Do Auxílio-doença

~~Art. 29~~ O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor da sua última remuneração no cargo efetivo.

~~§ 1º~~ Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção

realizada por médico oficial do Município.

§ 2º Findo o prazo do benefício, o segurado poderá ser submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela necessidade de avaliação por junta médica oficial, nos casos de aposentadoria por invalidez.

§ 3º Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração, que o fará com recursos não vinculados ao FPSM.

§ 4º Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

§ 5º A remuneração a ser considerada para efeito deste artigo é aquela composta pelas parcelas permanentes, assim definidas pela lei local, na data da concessão do benefício. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)

Art. 30 ~~O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para exercício de seu cargo ou de readaptação deverá ser aposentado por invalidez. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)~~

Seção VI Do Salário-maternidade

Art. 31 ~~Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.~~

§ 1º ~~Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção realizada por médico oficial do Município.~~

§ 2º ~~O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual à última remuneração da segurada.~~

§ 3º ~~Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.~~

§ 4º ~~O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.~~

§ 5º ~~Tratando-se de segurada ocupante de cargos acumuláveis, o salário-maternidade será devido em relação a cada cargo.~~

§ 6º ~~A remuneração a ser considerada para efeito deste artigo é aquela composta pelas parcelas permanentes, assim definidas pela lei local, na data da concessão do benefício. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)~~

Art. 32 ~~À segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:~~

I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano completo de idade;

II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos completos de idade; e

III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos completos de idade.

(Revogado pela Lei nº 2986/2022)

Seção VII Do Salário-família

Art. 33 ~~Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado ativo ou inativo, que tenha renda bruta mensal igual ou inferior à fixada pela legislação federal para a concessão do mesmo benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.~~

~~§ 1º Consideram-se equiparados para efeitos deste artigo o enteado e o menor tutelado, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.~~

~~§ 2º Para aferir a renda bruta mensal do segurado em acúmulo constitucional de cargos, deverá ser somada a remuneração percebida em cada um deles.~~

~~§ 3º O valor da cota do salário família será em valor igual ao fixado pela legislação federal para os segurados do Regime Geral de Previdência Social. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)~~

Art. 34 ~~Quando pai e mãe forem segurados do RPPS, ambos terão direito ao salário-família.~~

~~Parágrafo único. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do poder familiar, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)~~

Art. 35 ~~O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado que se encontre em idade escolar. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)~~

Art. 36 ~~O salário-família não se incorporará à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)~~

Seção VIII Da Pensão Por Morte

Art. 37 A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, quando do seu falecimento.

§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

- I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente e
- II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado

ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

~~§ 3º Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de pensão concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.~~

§ 3º O pensionista de que trata o § 1º deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao Município o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

~~§ 4º O pensionista de que trata o § 1.º deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do FPSM o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.~~

§ 4º Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de pensão concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, ressalvados os casos de pensão decorrente do falecimento de servidores aposentados com base nos arts. 49 e 49A desta Lei, cujo reajustamento seguirá a regra do parágrafo seguinte. (Redação dada pela Lei nº 2986/2022)

§ 5º Observado o art. 37, XI, da Constituição da República, as pensões decorrentes do falecimento de servidores aposentados com base nos arts. 49 e 49A desta Lei serão revistas, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores titulares dos mesmos cargos que serviram de base para concessão do benefício de aposentadoria, sendo também estendidos aos pensionistas destes, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 6º É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, bem como a acumulação de pensão com proventos de aposentadoria, ressalvadas: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou (Redação

acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 7º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 6º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas: (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos; (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 8º A aplicação do disposto no § 7º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 38 A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - da data do óbito;

II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 39 O valor da pensão por morte será igual:

I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou

II - à totalidade da remuneração percebida pelo segurado no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a esse limite.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o inciso II, a remuneração a ser considerada é aquela composta pelas parcelas já incorporadas nos termos de lei local, na data do falecimento do segurado.

Art. 40 A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira.

§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 3º Será revertida em favor dos dependentes restantes e rateada entre eles a parte do benefício daqueles cujo direito à pensão se extinguir.

§ 4º Na hipótese de ajuizamento de ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, a cota correspondente será reservada de ofício, ou mediante requerimento, podendo inclusive ser descontada das demais cotas já deferidas, cujo pagamento só será realizado após o trânsito em julgado da respectiva ação. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

§ 5º Julgada improcedente a ação prevista no parágrafo anterior, o valor da cota reservada, corrigido monetariamente com a utilização, como indexador, do índice de correção de tributos municipais, será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 41 A cota da pensão será extinta:

I - pela morte;

II - para o pensionista menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

III - pela cessação da invalidez.

Parágrafo único. Com a extinção do direito do último pensionista, extinguir-se-á a pensão.

Art. 42 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observadas as regras da prescrição quinquenal.

Art. 43 Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 44 Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do RPPS, exceto as pensões deixadas por cônjuge, companheiro ou companheira, casos em que, ressalvadas as decorrentes de cargos acumuláveis, só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Art. 45 A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência.

Parágrafo único. A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

Seção IX Do Auxílio-reclusão

~~**Art. 46** O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que tenha renda bruta mensal igual ou inferior à fixada pela legislação federal para a concessão do mesmo benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, e que não perceber remuneração dos cofres públicos.~~

~~§ 1º O auxílio-reclusão será rateado em cotas partes iguais entre os dependentes do segurado referidos no caput.~~

~~§ 2º Será revertida em favor dos dependentes restantes, e rateada entre eles, a parte do benefício daquele cujo direito ao auxílio-reclusão se extinguir.~~

~~§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.~~

~~§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido.~~

~~§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:~~

~~I – documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e~~

~~II – certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.~~

~~§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao FPSM pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.~~

~~§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.~~

~~§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte. (Revogado pela Lei nº 2986/2022)~~

CAPÍTULO VI

DAS REGRAS TRANSITÓRIAS SOBRE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Art. 47 Ao segurado que tenha ingressado regularmente no serviço público até 16 de dezembro de 1998, ressalvada a opção por eventual regra mais vantajosa que lhe seja aplicável, é assegurada aposentadoria com proventos integrais, calculados na forma prevista no art. 53 pelas regras deste artigo, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher, e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante na alínea "a" deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 27, III, e

§ 1º, desta Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput, até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput, a partir de 1.º de janeiro de 2006.

§ 2º O professor do Município que, até 16 de dezembro de 1998, tenha ingressado regularmente em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até aquela data contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1.º

§ 3º Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de aposentadoria concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

Art. 48 Ao segurado que tenha ingressado regularmente no serviço público até 31 de dezembro de 2003, ressalvada a opção por eventual regra mais vantajosa que lhe seja aplicável, é assegurada aposentadoria pelas regras deste artigo, desde que preencha,

cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Os proventos do segurado aposentado pelas regras deste artigo corresponderão, nos termos da legislação municipal, à totalidade da remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, assim considerada aquela composta pelas parcelas permanentes e já incorporadas na data da concessão do benefício.

§ 3º Observado o art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria abrangidos pelo caput serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 49 Ao segurado que tenha ingressado regularmente no serviço público até 16-12-98, ressalvada a opção por eventual regra mais vantajosa que lhe seja aplicável, é assegurada aposentadoria, com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; e

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites estabelecidos pelo art. 27, III, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

§ 1º Observado o art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria abrangidos pelo caput serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos

aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado de conformidade com este artigo.

Art. 49-A O servidor que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no art. 25 desta Lei, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não sendo aplicáveis as disposições constantes do art. 53 desta Lei. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Parágrafo único. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição da República, os proventos de aposentadoria, abrangidos pelo caput deste artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos a estes servidores, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria. (Redação acrescida pela Lei nº 2986/2022)

Art. 50 Aos segurados que, até 16 de dezembro de 1998, data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, ou 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção de aposentadoria e pensão, é assegurada a concessão desses benefícios, a qualquer tempo, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º Os proventos de aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição exercido até 16 de dezembro de 1998 ou 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 2º Observado o art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e pensão abrangidos pelo caput serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

CAPÍTULO VII DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 51 A gratificação natalina anual será devida àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade ou

auxílio-doença pagos pelo FPSM.

§ 1º A gratificação de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo FPSM, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 dias será considerada como um mês.

CAPÍTULO VIII DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 52 O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos arts. 27 e 47 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 26.

§ 1º O abono previsto no caput será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até 16 de dezembro de 1998, data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, ou 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base na legislação então vigente, como previsto no art. 50, desde que conte, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

§ 2º O abono de permanência será devido a contar do requerimento formal do servidor e da sua opção expressa pela permanência em serviço, sendo condição para pagamento o cumprimento dos requisitos para aposentadoria nos termos do caput e do parágrafo primeiro.

§ 3º O pagamento do abono é responsabilidade do Município, que o fará com recursos não vinculados ao FPSM.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 53 No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos artigos 25, 26, 27, 28 e 47 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do segurado aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, serão utilizados os valores das remunerações que constituíram base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, independentemente do percentual da alíquota estabelecida ou de terem sido estas destinadas para o custeio de apenas parte dos benefícios previdenciários, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento remunerado do cargo, desde que este seja

considerado como de efetivo exercício.

§ 2º Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do segurado no mesmo período, inclusive naqueles em que houve afastamento remunerado, desde que este seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da média, após a atualização dos valores, nos termos deste artigo, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo nacional; ou,

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 6º Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo segurado no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 7º As maiores remunerações de que trata o caput serão definidas depois de aplicados os fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites referidos no § 5.º

§ 8º Havendo, a partir de julho de 1994, lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado no cálculo de que trata este artigo.

§ 9º Para o cálculo de proventos proporcionais ao tempo de contribuição, considerar-se-á a fração cujo numerador será o total desse tempo em dias e o denominador, o tempo, também em dias, necessário à respectiva aposentadoria voluntária, com proventos integrais, no cargo considerado.

§ 10 A fração de que trata o parágrafo anterior será aplicada sobre o valor dos proventos calculados na forma do caput, observando-se, previamente, a aplicação do limite de que trata o § 6.º deste artigo.

Art. 54 Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pelo RPPS, ressalvadas as aposentadorias previstas nos art. 27, 28, 47, 48 e 49 que observarão os

prazos mínimos previstos nesses artigos.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no caput, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 55 Ressalvada a compulsória e por invalidez, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 56 Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

Art. 57 Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 58 Desde que devidamente certificado e sem ressalvas, será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da lei.

Art. 59 Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 60 O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se a exame médico a cargo do órgão competente sempre que solicitado pelo Município.

Art. 61 Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no caput não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

- I - ausência, na forma da lei civil;
- II - moléstia contagiosa; ou
- III - impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus

dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 62 Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I - o valor devido pelo beneficiário ao Município;
- II - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
- III - o imposto de renda retido na fonte;
- IV - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e
- V - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 63 Salvo no caso do salário-família, na hipótese de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e abono de permanência, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 64 Concedida a aposentadoria ou pensão será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas jurídicas pertinentes.

Art. 65 Fica vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estados, Distrito Federal ou outro município.

CAPÍTULO X DO REGISTRO CONTÁBIL

Art. 66 O RPPS observará normas de contabilidade, fixadas pelo órgão competente da União.

Art. 67 O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário das receitas e despesas do RPPS, comprovante mensal do repasse ao RPPS das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados e demonstrativo financeiro relativo às aplicações financeiras.

Parágrafo único. Além dos demonstrativos mencionados no caput, deverão ser encaminhados todos os demais que venham a ser exigidos pela legislação federal pertinente.

Art. 68 Será mantido registro contábil individualizado para cada segurado que conterà:

I - nome;

II - matrícula;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição do servidor e

V - valores mensais e acumulados da contribuição do município.

IV - valores das contribuições previdenciárias mensais e das acumuladas nos meses anteriores do segurado e do Município, suas autarquias e fundações;

Parágrafo único. Ao segurado será enviado, anualmente, ou disponibilizado por meio eletrônico, extrato previdenciário contendo as informações previstas neste artigo.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

~~Art. 69~~ ~~As despesas e a movimentação das contas bancárias do FPSM serão autorizadas em conjunto pelo Prefeito Municipal e Tesoureiro, ou por Secretário Municipal com delegação expressa.~~

Art. 69 As despesas e a movimentação das contas bancárias do FPSM serão autorizadas em conjunto pelo Presidente e Tesoureiro. (Redação dada pela Lei nº 2212/2012)

Art. 70 Os recursos depositados nas contas do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores, instituído pela Lei Municipal nº 012/2000, serão transferidos para as contas do FPSM.

Art. 71 As contribuições a que se refere o art. 13 desta Lei serão exigíveis a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da publicação desta Lei, sendo mantida, até essa data, a obrigatoriedade dos recolhimentos pelas alíquotas então vigentes.

Parágrafo único. Decorrido o prazo estabelecido no caput, os servidores abrangidos pela isenção no § 1.º do art. 3.º e no § 5.º do artigo 8.º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passarão a recolher a contribuição previdenciária correspondente, fazendo jus ao abono de permanência criado por esta Lei.

Art. 72 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 73 Fica revogada a Lei Municipal nº 012/2000 e a Lei Municipal nº 1547/2005 de 05 de julho de 2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ILÓPOLIS, em 21 de dezembro de 2005.

Olmir Rossi
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Tomasini
Secretário de Administração

[Download do documento](#)